

ANAIS DO  
VIII SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES  
UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA

Organizado pelo Prof. *Eurípedes Simões de Paula*

# A PROPRIEDADE RURAL

VOLUME III

LXVI  
Coleção da *Revista de História*  
Sob a direção do Professor  
Eurípedes Simões de Paula



SÃO PAULO — BRASIL  
1976

# UM PROJETO DE MONTAGEM DE RECURSOS DIDÁTICOS APLICADOS À HISTÓRIA (\*).

**ELZA NADAI**

da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

## Cada geração, na afirmativa de Bruner

“dá nova forma às aspirações que modelam a educação em seu tempo. O que talvez esteja surgindo, como marca da nossa, é um amplo renovar da preocupação com a qualidade e os objetivos intelectuais da educação” (1).

Realmente, o grande impasse que o sistema educacional está vivendo em virtude de um crescimento quantitativo de oportunidades, a chamada “democratização do ensino” trás consigo a necessidade de uma reavaliação do próprio sistema, no que tange de mais concreto que ele possui — seus objetivos, a interação professor e aluno e os processos didáticos empregados —, visando-se uma readaptação do mesmo à realidade que pretende servir.

No Estado de São Paulo esse processo não é novo e segundo um estudioso do assunto pode ser decomposto em dois períodos distintos: na primeira etapa apresentou-se

“como uma contingência do processo de competição pelas posições de poder”

e a segunda correspondeu a

---

(\*) . — Comunicação apresentada na 2ª Sessão de Estudos, Equipe D, no dia 5 de setembro de 1975 (*Nota da Redação*).

(1). — Bruner (Jerome S.), *O processo da Educação*. São Paulo. Editora Nacional, 1972, p. 1.

“uma opção consciente por uma concepção democratizadora da escola de nível médio, traduzida em uma política educacional e uma prática administrativa coerente com os objetivos propostos para a ação do poder público no campo do ensino” (2).

O autor situa o primeiro período entre o fim do Estado Novo até mais ou menos mil novecentos e sessenta e dois e o segundo, a partir de mil novecentos e sessenta e sete (3). De todo modo, a década de setenta trouxe consigo uma ampliação quantitativa do ensino médio, principalmente das escolas de primeiro grau, buscando-se atender a todos os jovens em idade escolar obrigatória fixada nos termos da lei federal 5.692/71 que reformulou a educação nacional.

A esse crescimento não correspondeu uma reavaliação geral dos objetivos, finalidades, estratégias, recursos humanos e a própria clientela da escola tal qual estava implantada o que acarretou o desequilíbrio entre a quantidade e a qualidade do próprio sistema escolar.

A escola, como bem sabemos, se atribui basicamente o papel de transmissora sistemática da cultura que procura conservar. Mas, hoje se debate na busca das formas mais adequadas de realizar o processo de comunicação dessa herança, pois à medida em que ela incorporou jovens provenientes dos mais diversos níveis sócio-econômicos, regiões e faixas etárias, ela necessita diversificar sua forma de comunicação objetivando encontrar uma linguagem mais adequada a uma clientela heterogênea, com as mais diversas vivências que deverá atender.

A experiência que iremos relatar procura situar outras formas de linguagem que não a tradicional, a serem empregadas na sala de aula. É nosso interesse chamar a atenção para o problema contribuindo para a abertura de um debate sobre o assunto. Essa experiência partiu de necessidades bem objetivas:

1.º). — A constatação da inexistência de recursos adequados à ação docente que viesse realmente colaborar com o professor no desenvolvimento da atividade escolar, relativa ao ensino de História;

2.º). — A precariedade, a inadaptabilidade e a dificuldade de acesso aos recursos existentes em Consulados e instituições congêneres;

---

(2). — Beisigel (Celso de Rui), *A educação de adultos no Estado de São Paulo*. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Sociologia (exemplar mimeografado), p. 21.

(3). — *Idem.*, *loc. cit.*

3.º). — A nossa preocupação em encontrar outras formas de linguagem, como exemplos — a imagem e o som que fossem usados em sua especificidade e não como recursos meramente ilustrativos às palavras do professor;

4.º). — Nosso interesse último estaria voltado para a construção de uma espécie de “Banco de Empréstimo” visando a circulação desse material entre os professores da Capital e posteriormente do próprio Estado de São Paulo.

O projeto tem por objetivo possibilitar, primeiramente a construção de recursos didáticos que cubram significativamente partes do conteúdo histórico, formando uma unidade, principalmente do Brasil. Deve ser buscado o enfoque unitário, a fim de que o todo seja analisado através de imagens, música ou texto. Posteriormente, elaborar diferentes recursos sobre o mesmo tema, quando então seriam utilizadas diversas formas de comunicação.

Em síntese, o nosso projeto visaria a análise da realidade como um todo, através de diferentes situações de estudo, onde o ponto de partida seria o presente propondo-se uma abordagem retrospectiva do acontecido e possibilitando, quando isso fosse possível, uma conclusão em aberto para que os jovens tivessem oportunidade de participarem ativamente do processo de aprendizagem. Desta forma, acreditamos que se consiga formar realmente o espírito crítico, cumprindo-se um dos maiores objetivos da existência da História no ensino.

Esse projeto está sendo desenvolvido juntamente com os nossos alunos de Prática de Ensino de História, desde mil novecentos e setenta e três. Cada grupo de seis a oito alunos escolhe um tema e realiza o planejamento de trabalho: selecionam os objetivos, a abordagem, o material e os recursos disponíveis. O recurso é então aplicado em alguma escola, quando são avaliados os diferentes níveis de significância, adequação à série e abordagem. A sua construção é um entre os números trabalhos utilizados na análise do tema, e normalmente tem sido empregado no lançamento do seu próprio estudo, como elemento motivador, ou com a função de síntese e conseqüentemente lançamento de outro tema. Para a análise do assunto proposto os alunos selecionam e realizam a adequação de textos que devem acompanhar o trabalho e serem objetos de estudo em profundidade.

Até agora já temos pronto, entre outros: a sociedade açucareira; a sociedade colonial; as migrações; a sociedade brasileira na década de vinte; a economia colonial e o negro na sociedade colonial.

Vamos apresentar ao VIII Simpósio da ANPUH, à guisa de exemplo, dois tipos de recursos elaborados pela turma de mil novecentos e

setenta e quatro que, embora na aparência propõem a utilização do som e da imagem, isto é, texto, música, pinturas e mapas, são intrinsecamente diferentes.

O primeiro focaliza o BRASIL HOLANDESES (4) a partir da realidade européia do século XVII compreendendo projeção de *slides* sobre reproduções da época; mapas e textos especialmente compostos juntamente com as músicas previamente selecionadas que analisam a conquista holandesa e reconquista portuguesa; a situação econômica-social da época a partir de gravuras do engenho, do escravo, da vida na casa grande, etc. . . Esse trabalho propõe uma síntese sobre o tema ao mesmo tempo em que deixa uma questão aberta em seu final.

O segundo trabalho enfoca o POPULISMO, utilizando um texto sincronizado de projeção de *charges* da época, principalmente as que foram publicadas na revista *Caretas* com músicas de cunho satírico. Não há texto interpretativo de apóio. Tem por objetivo, além do lançamento de problemas sobre o assunto em pauta, fazer os jovens pensarem em fontes historiográficas como o jornal, as revistas e a própria música satírica. Enfoca diferentes aspectos do mesmo assunto: demagogia popular, adesismo, monopólio do poder, incapacidade administrativa, campanha eleitoral, opinião pública e o papel da imprensa. Para realizar esse trabalho os alunos (5) realizaram uma pesquisa sem trégua na redação de diferentes jornais como: o *Estado de São Paulo*, o *Correio Paulistano*, a *Gazeta*, *Última Hora*, *Folha de São Paulo*, além das revistas *Cruzeiro* e *Manchete*.

Esse segundo trabalho utiliza um tipo de documento até hoje muito pouco estudado pelos historiadores, estudantes e professores de História: a *charge*, a sátira, a caricatura que é, sem dúvida alguma, uma manifestação acima de tudo crítica e que, se bem empregada poderá ser utilizada para colaborar na reconstrução do período focalizado.

Ambos os trabalhos enfatizam uma situação problema na sua conclusão visando a condução de uma pesquisa por parte do aluno sob a orientação do professor, objetivando estabelecer uma continuidade da

---

(4). — Esse recurso foi planejado, executado e avaliado às próprias expensas das alunas Estóia Omori Utiyama, Hilda Marina Siaudzionis, Márcia D'Angelo Rezende Barros, Maria Francisca do Rosário Bueno Marcelo, Maria Helena Navajas e Sônia de Jesus Garcia. O texto e a relação de *slides* encontram-se no final deste trabalho, em anexo.

(5). — Os alunos que planejaram, executaram e avaliaram esse trabalho foram: Maurício Luiz de Souza Aruda, Luiz Roberto Correia Couto Pereira, Marlene Borges Ribeiro, Maria Dolores Sanchez Vallejo y Lopez, Yara Raltes e Sônia Regina Bagdzius. Pela dificuldade encontrada em se traduzir esse trabalho para uma linguagem escrita, ele não se encontra em anexo.

aprendizagem enquanto processo dinâmico. É através do questionamento que o adolescente redescobre o mundo em suas complexas relações e a História deve ser ensinada dessa forma.

Por fim é importante salientar que não queremos com esse projeto compor com aqueles que clamam por inovações enquanto renovação entendida como remodelação de aparências, mas tão somente interessa-nos uma redefinição de abordagem da própria História enquanto instrumento por excelência de análise de uma realidade social inserida em um contexto histórico e como tal entendida nas suas relações com a educação.

\* \*  
\*

*Anexo.*

*TEXTO.*

Felipe II, rei de Espanha e agora de Portugal.

Deu-se a união Ibérica.

Há a ruptura da linha de Tordesilhas e este fato terá consequências tanto para Portugal, como para a Espanha e o Brasil.

Uma dessas consequências, para o Brasil, foram as invasões holandesas no Nordeste brasileiro.

Flandres é um grande centro financeiro e comercial.

Os holandeses, associados aos portugueses, participam da montagem da agricultura açucareira no Nordeste brasileiro, que constitui parte ponderável da economia holandesa.

Felipe II está em guerra com os holandeses, pois estes recentemente tinham conquistado sua independência do Império dos Habsburgos.

Isso leva Filipe II a embargar o comércio açucareiro holandês nos portos portugueses e brasileiros. Mas os territórios sob os domínios de Portugal e Espanha, agora sofrerão agressão holandesa.

É a ação das Companhias Privilegiadas que, de início, agem no Oriente sob o nome de Companhia das Índias Orientais, e, posteriormente, no Ocidente, de dominação ibérica, sob o nome de Companhia das Índias Ocidentais.

O objetivo dos holandeses com as invasões não é a conquista territorial, mas a recuperação do comércio açucareiro, perdido após o embargo espanhol.

E foi com esta intenção que se conquistou a Bahia.

Embora muitos senhores de engenho tenham se aliado aos invasores, há uma resistência contínua por parte da população. O boicote da entrada de alimentos na cidade, a reação nas cortes portuguesas e espanholas e os reforços enviados, provocam a expulsão dos holandeses.

Entretanto, esta derrota não transformou os planos da Companhia que tenta uma segunda invasão, agora em Pernambuco, o maior centro açucareiro da região. Apesar da resistência de pernambucanos, concentrados no Arraial do Bom Jesus, os holandeses continuam avançando, auxiliados pelo considerado traidor DOMINGOS CALABAR, arrasando o arraial e estendendo seus domínios de Alagoas até a Paraíba.

Após 7 anos de lutas, destruição de lavouras, paralização da produção, proprietários desgastados, os holandeses percebem que é chegada a hora de estabelecer uma coexistência com os produtores, e esta tarefa é entregue ao conde João Maurício de Nassau Siegen.

Há uma conciliação entre os habitantes do local conquistado e os holandeses, recuperação das lavouras e o estabelecimento das bases políticas da presença holandesa na região dominada.

Há o reinício da produção do açúcar, sob a direção da nova metrópole, após a promessa de regalias e os empréstimos efetuados aos senhores de engenho. A tolerância religiosa também foi o suficiente para que a Igreja se unisse aos invasores.

A fisionomia das cidades é transformada: há progresso econômico, aperfeiçoamento de vias de transporte, criação de mercados. Isto tudo denota o domínio econômico que a Companhia exercia.

As realizações culturais e arquitetônicas da administração de Nassau mostram antes a necessidade de conforto a que estavam acostumados os holandeses, o vulto das operações comerciais que realizavam e o desejo de compartilhar essas realizações com o resto da população.

Em 1640, Portugal arrasado separa-se da Espanha, mas não está em condições de forçar as posições holandesas no território colonial americano, sendo levado à formalização de um "Tratado de Paz" com a Holanda. Por esta mesma época, a Holanda sofre as consequências da Guerra dos 30 anos e muda radicalmente a sua política econômico-financeira. A partir deste momento, a Companhia das Índias Ocidentais endurece o tratamento dado aos produtores açucareiros do Nordeste, elevando a taxa de juros, os preços das mercadorias importadas, dos escravos, etc., com o objetivo de aumentar a margem de lucro real. A partir

dai, os senhores de engenho, endividados com a Companhia, que antes apoiavam a dominação holandesa, passam a apoiar o movimento de insurreição contra os invasores.

Em 1649 o governo português manda reforços (parcos).

Em 1654, os holandeses rendem-se e se retiram definitivamente do Brasil.

O fim do domínio holandês no Brasil coincide com o princípio da influência maior da Inglaterra em Portugal e, por consequência, nos seus domínios coloniais atlânticos. Em 1661, a "Paz de Háia" liquida os últimos compromissos luso-holandeses. Portugal substitui a associação flamenga pela nova associação inglesa.

Ao lado disso, os holandeses criam uma área produtora de açúcar nas Antilhas, que passa a concorrer com o comércio brasileiro.

\* \*  
\*

#### *Problemática*

1. — Após esta experiência com uma administração holandesa no Brasil, fica uma pergunta no ar: haveria possibilidades concretas de um Brasil holandês?
2. — A situação intrínseca dos senhores de engenho endividados com as Companhias de Comércio holandesas, levou-os a uma apatia ante o domínio holandês. Por outro lado, Portugal, sob o domínio espanhol, não mandou qualquer reforço para que a expulsão dos invasores fosse consumada. Ante estas atitudes o auxílio de Calabar à administração holandesa pode ser considerada traição?

\* \*  
\*

#### SLIDES.

1. — Bandeira do Brasil Holandês.
2. — Filipe II.
3. — Mapa: União Ibérica.
4. — Mapa: Ruptura da Linha de Tordesilhas.
5. — Mapa: Flandres.
6. — Mapa: Rota do açúcar.

7. — Mapa: Império dos Habsburgos .
8. — Mapa: Embargo do comércio açucareiro.
9. — Mapa: Territórios sob domínio de Portugal e Espanha.
10. — Conquista da Bahia.
11. — Mapa: Invasão e Conquista de Salvador.
12. — Conquista da Bahia: gravura.
13. — Gravura.
14. — Mapa antigo: restituição da Bahia.
15. — Invasão em Pernambuco.
16. — Mapa: Invasão e conquista de Pernambuco.
17. — Mapa: Domínios holandeses.
18. — Gravura: luta.
19. — Maurício de Nassau.
20. — Gravura de Pernambuco.
21. — Olinda na época da dominação holandesa.
22. — Aspecto de Recife.
23. — Cidade Maurícia.
24. — Mauricéia.
25. — Aldeia Pernambucana.
26. — Mapa: Invasões Holandesas.
27. — Gravura.
28. — André Vidal de Negreiros.
29. — Batalha dos Guararapes.
30. — Mapa: retirada dos holandeses.
31. — Linha do Tempo.
32. — Mapa: Antilhas.
33. — Maurício de Nassau.
34. — BRASIL HOLANDÊS?
35. — Calabar.
36. — CALABAR TRAIADOR?

\* \* \*

\*

### INTERVENÇÕES.

Do Prof. *José Sebastião Witter* (USP/SP).

Disse:

“1. — A autora conhece o setor de Recursos Audio-Visuais da “Sala Ambiente” do Departamento de Geografia? Acho que o entrosamento com o grupo da Geografia poderia ajudar o seu projeto a caminhar mais depressa.

2. — A autora propõe, de certa forma, a abolição pura e simples do livro didático?

3. — A técnica empregada é boa quanto à concepção, mas acho que faltou aparelhagem apropriada. Som da música mais alto que a voz da moça que expunha”.

\*

Da Prof<sup>a</sup> *Marlene de Mauá Carvalho Mendes* (Universidade Federal de Sergipe).

Declara:

“Achei sempre válido o recurso utilizado no primeiro trabalho.

Apenas como sugestão: a música deveria vir somente em fundo, bem baixa, talvez somente nos intervalos da fala, e jamais cantada”.

\*

Do Prof. *Roberto Machado Carvalho* (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Moema/SP).

Pergunta:

“1. — Qual a experiência direta, isto é, com a clientela escolar de ensino médio? O Departamento de História está acompanhando os resultados da aprendizagem?

2. — Qual a posição do *presente* na experiência? Já tentaram o Plano do presente para o passado?

3. — Como encarar o problema do humorismo das *charges* para os alunos — não levaria a um sentido de denegrir figuras importantes da História?”

\*

Da Prof<sup>a</sup> *Philomena Gebran* (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Vassouras/RJ).

Indaga:

“Se há uma proposição didática da apresentação, até que ponto seria compreensível para os alunos do 2º grau as *charges*, sem haver uma explicação prévia, do momento político de cada uma?”

\*

Do Prof. *José Calazans Brandão da Silva* (Universidade Federal da Bahia).

“Declara que lhe parece interessante fazer um levantamento sobre música brasileira no século passado e seu aproveitamento no ensino da História”.

\*

\*

\*

RESPOSTAS DA PROFESSORA ELZA NADAI.

Ao Prof. *José Sebastião Witter*.

Respondeu:

“Agradecemos as intervenções do Prof. Witter, pois através delas teremos a oportunidade de expor melhor o nosso pensamento em relação à problemática discutida.

Esse projeto nasceu, como afirmamos na nossa exposição, de uma necessidade constatada: a ausência de recursos didáticos construídos especialmente para o ensino da História, visto esta como um todo. O grupo de alunos que integraram o curso de Prática de Ensino de História em 1972 realizou um levantamento completo das diversas instituições que, em São Paulo, emprestam materiais para o professor, desde os Consulados até os diferentes Departamentos que integram a Universidade de São Paulo, portanto a “Sala Ambiente” do Departamento de Geografia.

Quanto à segunda questão proposta, queremos deixar bem claro que não somos, absolutamente, contrários à utilização do livro didático nas escolas de 1º e 2º graus; muito menos, pela sua “pura e simples abolição” nas escolas. O que gostaríamos de salientar é que atualmente não se deve trabalhar somente com esse instrumento didático. Em um mundo onde o som e a imagem adquirem um papel cada vez mais significativo, deve-se procurar formas de interligação entre os diferentes tipos de comunicação: a visual, a sonora e a gráfica.

Consideramos fundamental a existência de bons manuais que, de certa forma, facilitam o trabalho do professor e, cremos mesmo, que deveria haver preocupação por parte dos professores universitários em escreve-los. Desta forma, a defasagem entre o “atual desenvolvimento da pesquisa histórica” e a “história que ainda se ensina nas nossas escolas de 1º e 2º graus” diminuiria de intensidade e, quem sabe, até, chegaria a desaparecer. Lembramos ainda, que nos Estados Unidos, é muito comum a prática de se reunir especialistas de um mesmo campo, de diferentes Universidades, para a montagem de diversos e diferentes projetos que serão aplicados nas escolas secundárias.

Quanto aos problemas técnicos de montagem do projeto apontados pelo Prof. Witter, necessariamente ocorreriam. Os dois exemplos que aqui trouxemos, como todos os demais montados, foram feitos por amadores em som e imagem: os próprios alunos, utilizando inclusive dinheiro pessoal.

Na verdade, o nosso objetivo foi testar o projeto quanto à sua validade, tomando, como ponto de referência, os colegas professores das diferentes regiões brasileiras presentes a este Simpósio. Constitui-se ainda em experiências isoladas que, se comprovadas pela sua adequação e validade adquirirão verdadeiramente um cunho de projeto onde todos os detalhes técnicos serão pensados e programados.

A nossa grande preocupação é pela renovação do ensino da História, visto esta, não em sua aparência, não na utilização simples de recursos sofisticados, mas naquilo que lhe é peculiar e fundamental: o seu papel na Educação. Que, através da redescoberta do passado e do

seu estudo os jovens de hoje compreendam melhor a realidade em que vivem, dando assim significação ao seu mundo. Para nós, a História confunde-se com a própria vida”.

\*

À Prof<sup>ª</sup> *Marlene de Mauá Carvalho Mendes*.

Disse:

“Cremos ter respondido à questão levantada, quando da nossa resposta ao Prof. J. S. Witter”.

\*

Ao Prof. *Roberto Machado Carvalho*.

Respondeu:

“O primeiro projeto apresentado: “O Brasil Holandês” foi testado em várias classes de 6<sup>a</sup> séries de Colégios oficiais de São Paulo; após terem realizados estudos sobre “Economia e sociedade açucareira do século XVII”. O recurso foi colocado ao final desta etapa de trabalho, portanto, como um momento de síntese.

Quanto ao método de se ensinar história, partindo-se do presente para o passado, já há alguma bibliografia a respeito, enfocando proposições e formas de o realizar, citada por nós, em nosso trabalho publicado nos Anais do VII Simpósio da ANPUH.

Há diversas correntes contemporâneas da Psicologia (aprendizagem e adolescência) que fundamentam a necessidade do ensino partir de um problema — base para qualquer investigação —, e que este seja tão atual quanto possível, de preferência vivenciados pelos próprios alunos. Particularmente já tivemos oportunidade de trabalhar em experiências desse tipo com adolescentes de diferentes faixas e a aprendizagem em História realmente foi significativa.

Quanto ao problema das *charges* realmente sua crítica procede, tanto que, após a elaboração do referido recurso e a sua consequente crítica por parte da classe de alunos de Prática de Ensino do ano (1974), resolvemos pela sua não execução em nenhuma classe de 1<sup>o</sup> ou 2<sup>o</sup> graus. Em decorrência disso, neste ano, já houve uma mudança na linha geral do projeto. Anteriormente à seleção “do que fazer”, os alunos deverão selecionar “onde aplicar””.

\*

À Prof<sup>ª</sup> *Philomená Gebran*.

Disse:

“Torna-se fundamental que realmente a realidade expressada seja compreendida em toda a sua plenitude e complexidade; caso contrário, a *charge* não adquire significado, transformando-se em uma mera ilustração, em um desenho qualquer.

O projeto não seria uma mera coleção de recursos audio-visuais. Falamos, propositadamente, em *recursos didáticos*, pois em sua essência estarão os documentos escritos: fontes primárias e/ou secundárias que fariam parte integrante do mesmo. A imagem, traduzida, em *slide* ou gravuras poderiam ou não aparecer. A sua utilização dependerá da unidade estudada”.

\*

Ao Prof. *José Calazans*.

Declarou:

“Agradecemos a belíssima intervenção do Prof. José Calazans Brandão da Silva e realmente estamos de pleno acordo quanto à necessidade do aproveitamento da música no ensino de História; não só do século passado, mas de todo o nosso tempo histórico: desde a Colônia aos dias atuais. A música e mesmo a paródia retratam um estilo de vida da nossa gente: uma maneira de sentir, de ver a realidade e se constituir em uma das grandes manifestações ainda pouco estudadas principalmente como fonte documental.

Mas, este trabalho não poderia ser feito por um só especialista, daí a necessidade da formação de um grupo inter-disciplinar, prática essa adotada — cada vez mais — nas Universidades européias e norte-americanas”.